

crônica de

BRASILIA

CLEMENTE LUZ



O novo poder

663

Hoje é o dia do exercício da cidadania.

Do exercício pleno do artigo da Constituição, que diz

serem todos os brasileiros

iguais perante as leis, sem

distinção de qualquer natu-

reza. E, no ato de votar, que o

cidadão assume a sua condi-

ção de mandatário, pois "to-

do o poder emana do povo,

que o exerce por meio de re-

presentantes eleitos", segun-

do o parágrafo único do arti-

go 1º da Carta Magna.

Este três de outubro, com

eleições de governadores, in-

clusive no Distrito Federal

pela primeira vez, de senado-

res, deputados federais, esta-

duais e vereadores, é um dia

de eleições gerais, que reno-

varão os mandatários do po-

voo em todo o País, exceção

feita à Presidência da Repú-

blica. É, pois, um dia de reno-

vação do poder, em todo o

País, que vai cumprir mais

uma preciosa etapa de seu

processo de democratização.

Encerrada a campanha

eleitoral, veio o momento da

reflexão, para o eleitorado,

cujos ouvidos foram martela-

dos dias seguidos pela prega-

ção dos candidatos. Cujos la-

res foram visitados - mais

propriamente, invadidos - pe-

los programas da televisão

gratuita, com apelos em fa-

vor deste ou daquele prete-

dente aos cargos eletivos.

Em Brasília, um eleitora-

do ainda virgem de votos pa-

ra governador vai escolher o

novo ocupante do Palácio do

Buriti, símbolo e sede do Po-

der no Distrito Federal, e vai

determinar, pelo voto, quais

serão os membros da Câmara

Distrital, símbolo do poder

popular.

O voto é a forma direta e

intransferível do exercício da

cidadania. Dentro da cabine

eleitoral, o peão de obras tem

o mesmo poder do Presiden-

te. E a soma desses votos é

que vai determinar a escolha

dos candidatos.

O Distrito Federal, cen-

tro do Poder no Brasil, passa,

a partir de hoje, à condição

de unidade autônoma, de ci-

dade com plena garantia de

auto-determinação política e

administrativa. Para assegu-

rar essa garantia - ou esse di-

reito conquistado - a Câmara

Legislativa terá de votar a

Lei Orgânica - uma espécie

de miniconstituição - que re-

gerá os seus destinos.

A importância da escolha

dos deputados distritais é tão

grande, ou maior, do que a

escolha do governador e dos

representantes brasilienses

no Congresso Nacional. Dos

24 cidadãos, que terão seus

nomes sufragados pelas ur-

nas, vai depender a consoli-

dação da nossa autonomia,

tão duramente conquistada,

do desenvolvimento de nossa

economia, da implantação

urgente de parques indus-

triais. Vai depender a con-

quista de novos padrões de

educação, de saúde e de segu-

rança, que garantam quali-

dades dignas de sobrevivên-

cia para toda a população.

A partir de hoje, não será

mais a mesma a autoridade

do governador do Distrito Fe-

deral, já que a Câmara Legis-

lativa, além de constituinte,

é também responsável pela

elaboração das leis ordiná-

rias, sob as quais será exerci-

do o mandato do executivo.

Os programas de candidato,

apresentados ao eleitorado,

não poderão ser executados,

sem o apoio legislativo.

Por isso, o brasiliense, ao

exercer hoje, em sua plenitu-

de, o direito de cidadania,

tem que ter a cabeça no lu-

gar, a mente esclarecida e o

coração livre de paixões, pa-

ra assinalar, na cédula, o no-

me ou o número de seu candi-

dato a deputado distrital. A

nova autoridade de Brasília.